

FONTES HISTÓRICAS – UMA INTRODUÇÃO AOS SEUS USOS HISTORIOGRÁFICOS

José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

jose.d.assun@globomail.com

Para uma definição de Fonte Histórica¹

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas. Também é verdade que os grandes processos naturais e planetários, mesmo sem a interferência originária do homem (mas incidindo sobre este), podem produzir vestígios que oportunamente poderão conformar fontes históricas. Por ora, todavia, vamos nos ater mais especificamente às fontes históricas produzidas diretamente pela ação e existência humanas. No sentido que acabamos de indicar, são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros

¹ Este texto é adaptação do capítulo inicial do livro *Fontes Históricas – uma introdução ao seu uso historiográfico* (Petrópolis: Editora Vozes, 2019). Utilizo-o como ponto de partida simbólico para este Simpósio Temático sobre *Fontes Históricas*, de cuja coordenação participo neste Encontro da ANPUH (História e Parcerias, 2019).

registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais (ou, mais precisamente, no âmbito do que chamamos de *fontes históricas*) desde os *vestígios arqueológicos* e outras fontes de *cultura material* – a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana – até *representações pictóricas*, entre outras fontes imagéticas, e as chamadas fontes da *história oral* (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador)². De igual maneira, as investigações sobre o genoma humano fizeram do corpo e da própria genética uma fonte histórica igualmente útil e confiável, que inclusive permitiu que os historiadores passassem a ter acesso aos primórdios da aventura humana sobre a Terra, forçando a que se problematizasse aquele antigo conceito de “pré-história” que antes sinalizava toda uma região da realidade um dia vivida que parecia até então interdita ao ofício dos historiadores.

Podemos lembrar ainda que, a partir do século XX, quando a Geografia e a História passaram a atuar mais interdisciplinarmente, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental. O mesmo se pode dizer das relações entre a História e a Linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e algo análogo ocorre com as perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia, as quais permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, tais como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e perpetuam-se tradicionalmente na realidade social, ou ainda como os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado ‘patrimônio imaterial’ (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários, apenas para citar exemplos). As fontes históricas, enfim, não precisam ser – não necessariamente – materiais no sentido tradicional desta palavra. Nos dias de hoje, inclusive, começa a se

² Devemos distinguir as fontes oriundas da tradição oral – aquelas que já fazem parte da tradição através do circuito da oralidade, tais como os provérbios, ditos populares, mitos, cantigas de roda ou de trabalho, ou seja, as fontes folclóricas de maneira geral – das fontes relacionadas à história oral, que correspondem aos depoimentos provocados pelos historiadores através de entrevistas e de uma metodologia específica.

abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo virtual produzido pelos ambientes da Internet. Estes registros virtuais, que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas várias, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes que os tradicionais documentos registrados no suporte papel.

É certo que precisou haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico até que se chegasse ao momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as ‘fontes imateriais’ como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado. Lembremos o hábito de cumprimentar tirando o chapéu, que provém do repertório de atitudes medievais: quando um cavaleiro cumprimentava o outro, tirava o elmo em sinal de que suas intenções eram pacíficas (sem o elmo, peça bélica defensiva, ele manifestava algo como uma proposta de desarmamento). Foram-se as batalhas e os elmos, e veio a galante sociedade oitocentista dos chapéus burgueses. O gesto, contudo, manteve-se incrustado no repertório de atitudes, e mesmo com os chapéus em desuso ainda permanece nos dias de hoje como um movimento que toca a testa como que para tirar o “elmo imaginário”. É assim que, em certos hábitos enraizados, expressos na vida cotidiana e na prática comportamental – também aí poderemos ir buscar uma fonte, uma evidência ou um testemunho do passado.

Um vocabulário em disputa: fontes ou documentos?

Antes de prosseguir, quero esclarecer alguns dos termos que estamos utilizando nesta comunicação. Falei atrás, em alguns momentos, em ‘fontes históricas’ e em ‘documentos históricos’. Estas palavras costumam ser empregadas, nos meios historiográficos, como sinônimos. São ‘fontes’ ou ‘documentos históricos’ tanto os textos escritos de todos os tipos, como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem

como vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber.

O que ocorre é que a palavra ‘documento histórico’ era muito empregada desde o século XIX, quando os historiadores utilizavam como fontes de informação e como caminhos de análise, de modo muito mais preponderante, alguns tipos de textos como aqueles produzidos pelas instituições, pelos organismos do Estado e dos poderes constituído; ou, ainda, como as crônicas de época oficiais patrocinadas por estes mesmos poderes, entre outras possibilidades. Essa escolha de fontes era essencialmente orientada por um modelo específico de História Política que perdurou amplamente no primeiro século da historiografia científica. Por causa do amplo predomínio da produção textual no universo que os historiadores tomavam como o seu conjunto de fontes históricas – e também por causa da enfática ideia de *prova* que estes textos assumiam no trabalho dos historiadores – a designação ‘documento histórico’ surgiu como uma tendência no vocabulário historiográfico, o que inclusive parecia aproximar do trabalho dos juristas o tipo de trabalho que os historiadores desenvolviam. A palavra *documento* é ela mesma resíduo de um tipo de História que se fazia em um período anterior.

A prática historiográfica foi mudando bastante, ao adentrar novas possibilidades teóricas e metodológicas, da mesma forma que o universo de fontes possíveis aos historiadores foi se expandindo para muito além do tipo de textos que os historiadores utilizavam até o século XIX. Expandiu-se, inclusive, para além das possibilidades meramente textuais, como já ressaltado. Por causa disso, a palavra ‘documento’, que estava já bastante incorporada ao metier do historiador, foi também expandindo seus sentidos possíveis. Começou-se a se entender que tanto um texto (um documento estatal ou uma receita de bolo) como um objeto material (uma cadeira, por exemplo), ou ainda uma foto ou uma canção, são todos ‘documentos’, neste sentido ampliado.

Essa extraordinária expansão do universo das fontes históricas, que abordaremos no momento oportuno, assim como a concomitante flexibilização de sentidos a partir daí proporcionados pela palavra ‘documento’, favoreceram o surgimento de outra palavra muito evocada nos dias de hoje para os mesmos conteúdos, materiais, vestígios e indícios que os historiadores tinham passado a chamar de ‘documentos históricos’. “Fonte” (ou ‘fonte histórica’) é este termo mais fluido que passou a ser empregado alternativamente à palavra ‘documento’. Pessoalmente, acredito que essa nova

expressão tenda a substituir mais amplamente, no futuro próximo, o uso da palavra ‘documento histórico’, uma vez que esta última apresenta uma origem mais restrita e mais bem acomodada aos tipos de textos – frequentemente documentos escritos demarcados pelas instituições oficiais e encontráveis nos arquivos – com os quais os historiadores costumavam trabalhar mais no século retrasado, na sua cuidadosa e obstinada busca de informações. De todo modo, pode-se dizer que, nos dias de hoje, ‘fontes históricas’ e ‘documentos históricos’ (neste último caso considerando a palavra com o seu sentido estendido) são expressões praticamente sinônimas no âmbito mais específico da historiografia. Nesta comunicação, utilizaremos alternadamente uma ou outra destas expressões, entre outras que aparecerão mais eventualmente, mas basicamente estaremos nos referindo em um caso e outro à mesma coisa. Por fim, resta salientar que são ainda comuns, nos atuais meios historiográficos, outras expressões como “vestígios” e “registros históricos”. Este último termo tem como vantagem a referência ao aspecto informacional de diversas das fontes históricas; e como desvantagem o fato de que deixa de fora o aspecto não-voluntário de outros tipos de fontes. Já a expressão “vestígios” – uma palavra que parece aproximar da historiografia a investigação criminal ou a prática arqueológica – é bastante adequada para lançar luz sobre o fato de que muitas fontes são efetivamente produtos ou resíduos de sociedades e processos que já desapareceram ou findaram; mas deixa-se de iluminar o fato de que outro enorme setor de fontes históricas possíveis é constituído por textos e objetos que ainda estão em uso e se beneficiam de releituras ou reapropriações nas sociedades contemporâneas³.

³ Por fim, é bom lembrar que, até o século XIX, também a palavra “monumento” foi muito empregada com o sentido historiográfico de “documento” (LE GOFF, 1990, p.487).

Variados tipos de fontes: a conquista da diversidade

Desde já, é oportuno ressaltar que a ampliação documental – ou a crescente multidiversificação das fontes históricas – foi uma conquista gradual dos historiadores. Verificou-se, mais intensamente, à medida que a historiografia expandia seus limites no decurso do século XX. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação do seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercurso de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto. Tudo isto e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos. Assim, se os arquivos oficiais continuam a ser fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de serem suficientes para fornecerem tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. Na verdade, a questão de pesquisar ou não em fontes de arquivos tem muito mais a ver com o objeto específico ou com os problemas históricos que estão sendo examinados do que com qualquer outra coisa. Por isso, conforme já ressaltei anteriormente, este aspecto está algo ligado à gradual imposição da expressão fonte histórica em detrimento da antiga ideia de ‘documento histórico’ – expressão mais afinada com a historiografia do século XIX por estar muito relacionada tanto aos arquivos que na época começaram a ser organizados mais sistematicamente, como também à maneira como se concebia a História naquele momento. De fato, quando lançamos um olhar mais longo sobre a historiografia predominante no século XIX, podemos notar que se esperava essencialmente, nesta primeira fase da historiografia científica, que o historiador documentasse – ou mesmo comprovasse no sentido mais especificamente jurídico – as afirmações que fizesse no decorrer de sua narrativa histórica. A ideia de que o historiador deve “provar” tudo o que diz, muito referencial no imaginário historiográfico da época, seria depois substituída pela ideia mais corrente de que o historiador deve “demonstrar” tudo o que afirma – uma diferença sutil mas significativa para as novas posturas historiográficas.

Acrescento – ao que já foi discutido até aqui sobre a tendência cada vez mais saliente de predomínio da expressão ‘fonte histórica’ – o fato de que o historiador de hoje não costuma mais esperar, dos materiais e evidências que lhes chegam do passado, *apenas* ou necessariamente uma “prova”, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou como redes de práticas e representações a serem compreendidas. A História – na mesma medida em que deixou de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia principalmente interpretativa – não se interessa tão somente em oferecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, problematizar.

Onde começa a História? – no problema, ou na fonte?

Este passo nos leva a uma questão crucial. Um famoso dito proferido pelo historiador francês Charles Seignobos (1854-1942) costumava resumir a preocupação dominante da velha historiografia: “sem documentos, não há História”⁴. Seu conterrâneo Lucien Febvre (1858-1956), já um historiador de novo tipo e pertencente a uma nova geração historiográfica, confrontou este dito com outro igualmente importante: “sem Problema, não há História”. Esta nova e emblemática sentença foi muito representativa do alvorecer de uma nova historiografia. Venerar o documento como o princípio essencial e único da operação historiográfica, tal como pareciam propor alguns historiadores tradicionais como Seignobos e Langlois, podia trazer a reboque a ideia incorreta de que os documentos já estão prontos, à espera do historiador, e de que os mesmos conteriam informações imobilizadas, prontas para serem extraídas da documentação à maneira da pérola que se obtém da ostra. Ao contrário, ao situar o problema como o princípio de tudo, Lucien Febvre chama atenção para o fato de que a própria documentação é delimitada ou constituída pelo historiador a partir do problema histórico que ele tem em vista, e no próprio ato da operação historiográfica. Além disso,

⁴ “Nada supre [a ausência] de documentos; onde não há documentos, não há história” (SEIGNOBOS e LANGLOIS, 1946, p.15) [original: 1898].

o que se pode buscar neste ou naquele documento histórico também dependeria essencialmente do problema. Sem reduzir-lhe a importância, esta dessacralização do documento – e, sobretudo, do chamado ‘documento de arquivo’ – foi decerto muito importante a seu tempo.

No seio de uma nova história-problema, hoje já francamente estabelecida, as fontes históricas assumem novos papéis, para além da mera disponibilização e comprovação de conteúdo informativo. As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. Nas fontes, espelhos de dupla face, poderíamos ver o passado, mas também a nós mesmos. Não mais um solene ponto de partida ou de chegada – o *big-bang* místico a partir da qual é gerada a operação historiográfica, ou o Santo Graal finalmente encontrado depois de obstinadas aventuras – as fontes seriam, sim, um lugar movente no qual o historiador interage com as ressonâncias deixadas pelas sociedades e processos que decidiu examinar. Neste sentido, as fontes são como que pontos de encontro, portais através dos quais se tocam duas épocas. Elas são o “passado-presente”, para aqui empregar uma feliz expressão cunhada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006).

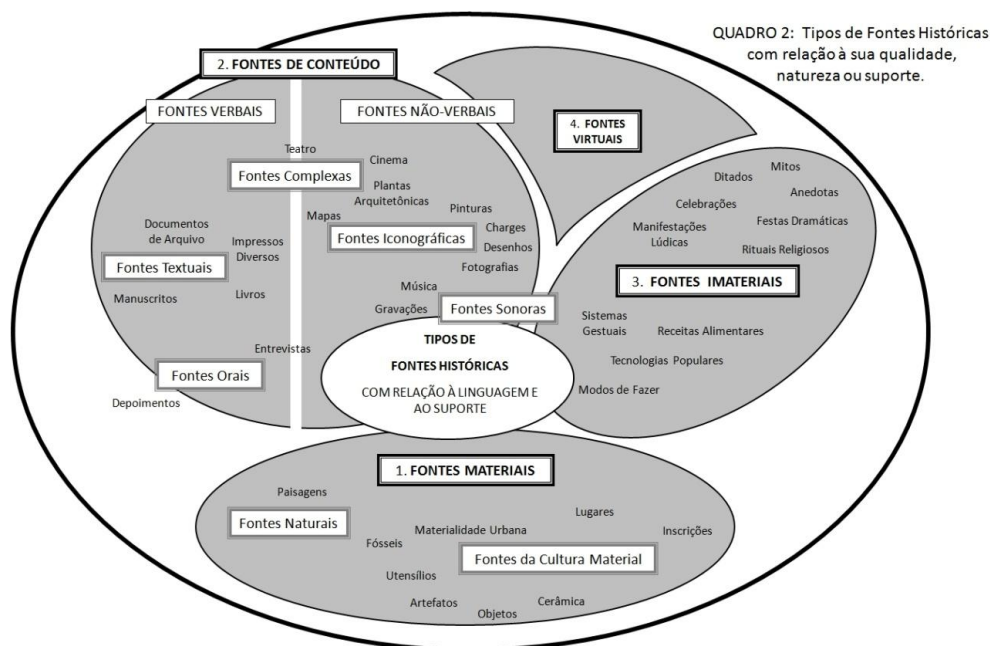
Por tudo isto, quero propor um pequeno ajuste, um novo dito que permitirá reunir os dois anteriores: “sem o encontro entre um problema e suas fontes possíveis, não há História”. Para construir História, não basta uma ideia na cabeça, ou tampouco ter uma fonte nas mãos. Estas duas condições são necessárias; mas, isoladas, não são insuficientes. Para se fazer História adequadamente e dentro do que se espera de uma historiografia científica, o que se precisa é assegurar uma espécie de entrelaçamento entre estas duas instâncias. É deste encontro entre o Problema e a Fonte, envolvido pela vontade de fazer a História, que tudo começa. Atingimos, aqui, o mais íntimo âmago da palavra “fonte”. Podemos finalmente compreender por que ela é a expressão ideal que se apresenta para se referir, de maneira adequada, ao extremamente vasto conjunto de documentos, vestígios e ressonâncias que, aos historiadores, se oferecem para a percepção da passagem da vida humana pelo espaço-tempo e para a compreensão dos processos históricos por ela gerados. “Fonte”! Fascinante palavra que tanto remete ao *fluir* (“as fontes dos rios”) como à ideia de *princípio* (“fonte da vida”, “fonte de

energia”, “fonte da informação”). Para os historiadores, de fato, as fontes podem e devem ser duplamente associadas à *fluência* e ao *princípio*. Sim, as fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da História, que sem elas não seria possível; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio fluir do discurso do historiador – um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizado sempre. Um tipo de texto simultaneamente científico e artístico no qual se assegura ao leitor a possibilidade singular de transitar entre duas ou mais épocas distintas: a do próprio historiador, de onde surgem os problemas demandados pelo seu próprio tempo, e aquelas épocas que já desapareceram, ao deixarem uma infinidade de vestígios⁵. No fluir das fontes, a História encontra a própria história.

Por uma tipologia das fontes históricas

Vou propor, na sequência desta comunicação, uma tipologia de fontes históricas que dê conta da sua enorme diversidade de possibilidades. Na organização esquemática proposta pelo ‘Quadro 1’, podemos ver três grandes campos de maior destaque, que denominamos respectivamente (1) ‘fontes materiais’, (2) ‘fontes de conteúdo’, e (3) ‘fontes imateriais’. Os tempos recentes, anunciadores e portadores de uma autêntica revolução digital e informática que terminou por se espriar planetariamente, levam-nos a admitir como fontes para a história contemporânea também um universo digital que simplificaremos com a designação ‘fontes virtuais’ (4).

⁵ Este ponto é importante. Se o leitor do livro de História pertence à mesma época do historiador que o escreveu, estará circulando entre seu próprio Presente – o nível de análise do historiador – e a época na qual se inscreve o objeto histórico examinado. Entrementes, quando lemos um livro de História escrito em uma época anterior à nossa – por exemplo, a *História da Revolução Francesa* escrita por Jules Michelet entre 1847 e 1853 – temos a oportunidade de circular entre duas épocas que não são as nossas. O próprio historiador-autor, neste caso, pode se tornar um objeto de análise para o leitor, dele mais distanciado.



Quadro 1: A diversidade de fontes conforme os seus suportes e linguagens

No âmbito das ‘fontes de conteúdo’, conforme se pode observar no quadro proposto, concebemos uma partição em dois hemisférios laterais, de modo a melhor ressaltar que de um lado existem as ‘fontes verbais’, amplamente utilizadas pelos historiadores de todas as épocas, e de outro lado as ‘fontes não-verbais’, cujo uso historiográfico tem crescido muito nos tempos recentes. Como o próprio nome já diz, as fontes não-verbais ultrapassam o horizonte da linguagem verbalizada, seja ela escrita ou falada, e alcançam outros tipos de linguagens e formas de expressão, principalmente centradas na exclusividade ou predomínio da ‘imagem’ ou do ‘som’. Ao mesmo tempo, um grupo importante que chamei de ‘fontes complexas’ procura abarcar os gêneros de realizações culturais – e de fontes históricas – que reúnem dentro de si mais de uma linguagem, sendo que o grande exemplar desta multiplicidade coordenada de linguagens é o Cinema, já que uma fonte fílmica contém verbalização (falada e escrita), imagem (seja a imagem-movimento, seja a imagem fixa das cenografias), e, por fim, o som (sob a forma de música, trilha sonora, sonoplastia e outras). Inclui-se também aqui a performance, através da atuação dos atores, o que implica todo um sistema gestualizações, modos de expressão diversos, linguagens corporais, entre outros aspectos performáticos. O Teatro acompanha este exemplar em muitos aspectos.

Vamos deixar que nosso olhar se retenha, por ora, no âmbito das ‘fontes de conteúdo’. No interior de cada hemisfério (fontes verbais e fontes não-verbais) situamos alguns retângulos maiores, os quais expressam algumas categorias de fontes com relação aos tipos de suporte e à linguagem por elas empregados: escrita, oralidade, imagem, som. Nas palavras menores, sem quadratura, registramos alguns gêneros de fontes que podem ser agrupados no interior destas categorias mais amplas, ou mesmo entre elas, se considerarmos o caso das fontes complexas⁶. Assim, os manuscritos, documentos de arquivos, livros e impressos diversos acomodam-se ou giram em torno da categoria das ‘fontes textuais’. Mais adiante, veremos que será preciso avançar para outra linha de reflexões, de modo a que possamos compreender mais adequadamente as fontes textuais, pois existem diferentes gêneros de textos como os tratados comerciais, processos criminais, ensaios, obras literárias, testamentos, certidões, diários, relatos de viagem, apenas para dar exemplos de alguns itens relacionáveis a uma diversidade realmente muito grande de distintos gêneros textuais. Esta segunda diversidade será exposta no ‘Quadro 2’, relacionado às ‘fontes textuais’. Por enquanto, como o que nos interessa neste momento inicial é principalmente enfatizar a combinação entre os suportes e as modalidades mais amplas de linguagens (verbal, imagística, sonora, digital), vamos apenas entender as fontes textuais nos termos de divisões mais simples como os ‘manuscritos’ e ‘fontes impressas’ (os ‘documentos de arquivo’ e os ‘livros’, na verdade, não deixam de ser submodalidades de fontes impressas, lembrando-se ainda que, nos tempos mais recentes, surgiu a possibilidade das fontes digitalizadas e disponibilizadas na rede mundial de computadores).

As ‘fontes textuais’, as ‘fontes orais’, as ‘fontes iconográficas’ e as ‘fontes sonoras’ (incluindo aqui não apenas as ‘fontes musicais’, mas também gravações de todos os tipos) podem ser compreendidas, tal como já ressaltamos, como subcategorias das já mencionadas ‘fontes de conteúdo’. Para os historiadores, esta primeira variedade de fontes adquire importância, principalmente, pelo conteúdo que transmitem. Isto posto, é importante considerar que estas ‘fontes de conteúdo’ também podem apresentar um suporte qualquer, ou uma materialidade que permite que o conteúdo seja exposto de

⁶ O retângulo ‘Fontes Complexas’, rigorosamente, não deveria se localizar em nenhum lugar, pois se espalha um pouco pelo esquema todo. Mas decidimos indicar a sua presença no Quadro, de modo a que este aspecto pudesse ser levado em consideração nas reflexões que desenvolveremos a seguir.

uma maneira ou de outra. Se não houver um suporte material tradicional, como o suporte-livro ou qualquer outra forma de materialidade impressa, ao menos deve ocorrer ou ser assegurada a ocorrência de um meio de transmissão qualquer para este conteúdo. A oralidade e a virtualidade são dois exemplos de transmissores substitutivos de suportes materiais, pois um poema sempre pode ser recitado por alguém que o memorizou, ou transmitido instantaneamente pela Internet.

As quatro modalidades básicas de fontes de conteúdo também implicam em diferentes tipos de linguagens que devem ser bem compreendidas, conforme já veremos, pois a escrita e a verbalização oral trazem implicações bem distintas quando comparadas àquelas que são trazidas pela imagem ou pela sonoridade. Uma fonte textual, por exemplo, apresenta-se frequentemente em suporte livro, jornal, revista, ou qualquer outro. Nos dias de hoje, conforme já assinalamos, o mesmo texto que está registrado nas páginas de um livro também pode ser transmitido via Internet, adquirindo uma existência virtual, ou pode ser registrado em CDs e DVDs, assumindo uma existência digital. Não obstante, o que interessa principalmente na fonte textual, quando esta é utilizada pelo historiador, costuma ser essencialmente o seu conteúdo, ainda que uma reflexão sobre o suporte original de um texto possa ou deva também ser incorporada à análise historiográfica, tal como têm proposto autores como Roger Chartier (1994) e Alberto Manguel (2004) em suas reflexões sobre a modalidade 'livro'.

De igual maneira, podemos apreender diretamente ou indiretamente cada texto hieroglífico desenhado nas paredes de uma pirâmide, ou que se encontre talvez registrado em um papiro originário do Egito antigo. Em cada um destes casos, o historiador precisará ter consciência de que suporte trará eventualmente implicações bastante importantes para a análise historiográfica, embora o principal da análise se volte mesmo para o conteúdo, ao menos nos casos em que a mensagem textual for o principal objetivo historiográfico. Ou seja, os historiadores devem considerar em suas análises que há implicações concernentes ao fato de um texto ter sido escrito originalmente no suporte livro, em suporte papiro, nas paredes de uma pirâmide ou em um muro urbano; mas, de todo modo, ainda assim eles poderão aqui analisar textos e imagens que importam muito mais pelo seu conteúdo.

Considerar o suporte, em algum nível, é importante, sim, para a análise historiográfica. O autor de um grafite clandestino, por exemplo, precisou materializar a

sua mensagem escrita de maneira muito rápida, de modo a não ter corrido o risco de ser capturado pela polícia. O papiro apresenta formas de degradação e preservação distintas do papel moderno, utilizado no livro, e este atende também aos ditames editoriais, que trabalham para transformar o objeto livro em algo atraente para o seu provável consumidor. O suporte, enfim, é importante. Não obstante, não há de fato como negar que, nas ‘fontes de conteúdo’ – como, por exemplo, as fontes textuais – o conteúdo ou a mensagem situam-se diretamente no centro da análise, ao contrário do objeto de cultura material que estiver sendo analisado de um ponto de vista arqueológico, no qual a análise da materialidade ocupa uma posição fundamental na interpretação do objeto.

O suporte, além disso, não deve ser apenas considerado para o caso das fontes textuais. Também a ‘fonte iconográfica’ – uma pintura, por exemplo – é sempre produzida originalmente em um suporte, como é o caso dos ‘quadros’ em óleo sobre tela que afloram na pintura ocidental a partir do Renascimento italiano. Mais ainda: este suporte é único, de maneira que só existe uma única *Mona Lisa* original produzida em 1503 pelo pintor renascentista Leonardo da Vinci (1452-1519). Entrementes, a verdade é que a imagem da *Mona Lisa* pode ser transmitida através de inúmeras reproduções, e também através dos recursos virtuais dos tempos contemporâneos, da mesma forma que ocorre com um texto. À parte isto, o que nos interessa neste momento é que, essencialmente, quando o historiador se aproxima da *Mona Lisa*, estará analisando principalmente o seu conteúdo imagético, embora em uma pesquisa ou outra possa ocorrer o tratamento desta fonte – no caso, a *Mona Lisa* original – como objeto material.

Evoquei mais atrás as ‘fontes imateriais’, representadas na parte direita do ‘Quadro 2’, que de modo geral são aquelas que não admitem o suporte, ou que dele prescindem muito claramente. Um sistema de gestos, uma festa dramática, um ritual religioso, uma prática que sobrevive milenarmente através de suas repetidas variações, uma outra prática que já foi até mesmo tombada como ‘patrimônio cultural imaterial’ ... eis aqui alguns exemplos que podem se referir a um tipo de fonte que, rigorosamente falando, não comporta o suporte material. Estas fontes, imateriais por excelência, reatualizam-se a cada momento, e delas podem se valer os historiadores de muitas maneiras, sem que se apresente aqui o suporte, nem obrigatoriamente, nem circunstancialmente. Nada impede, é claro, que alguém filme uma performance de Festa Dramática, e com isso superponha a esta realização específica de uma festa dramática

uma nova fonte, audiovisual, que é a mídia onde foi ou será gravada a fonte imaterial. Mas agora teremos de fato uma nova fonte, pontual, visual e sonora ao mesmo tempo, gravada no suporte mídia escolhido. Da mesma maneira, podemos facilmente gravar um comediante performatizando um repertório de anedotas que já fazem parte da cultura popular, e assim por diante. A piada – a fonte imaterial em si, já integrada a um repertório popular de anedotas que circula na sociedade – deve ser distinguida, é claro, da performance específica desta piada que foi gravada pelo pesquisador. Temos aqui, enfim, duas fontes envolvidas, em superposição: a piada circulante – ‘fonte imaterial’ – e a piada performatizada, gravada no registro digital em determinado lugar e data.

As ‘fontes materiais’ (1) constituem um capítulo à parte, com muitas implicações. Conforme já foi dito, as ‘fontes materiais’ devem ser compreendidas como aquelas que *são* o próprio suporte (os objetos de cultura material), ou que se valem muito demarcadamente de suportes específicos para transmitir mensagens e conteúdos em diferentes tipos de linguagens, em distintos níveis simbólicos, e integrando variadas funções. As ‘inscrições’, por exemplo, apresentam uma mensagem escrita que se mostra inseparável do seu objeto, e um grafite certamente não faz sentido fora do muro que se tornou seu corpo. Enquanto isso, um poema adquire vida própria fora do livro em que foi publicado pela primeira vez, e pode ser lido em voz alta sem necessitar deste suporte para a sua plena compreensão. De fato, quando ouvimos um poema, é o texto o que realmente importa – a não ser, é claro, no caso muito específico da ‘poesia concreta’, que une o discurso poético a uma certa disposição gráfica que se torna, ela mesma, parte do poema e fornecedora de sentido.

Fontes materiais por excelência são os objetos, os utensílios e artefatos, mas também a espacialidade material, tal como o tecido viário através do qual o historiador pode ler a história da cidade, e também os ‘lugares’, nos quais se fundam e se perpetuam as práticas culturais coletivas. Chamo atenção para um problema importante que concerne à análise das ‘fontes materiais’. No caso delas, a forma material é a questão de primeira ordem, além dos materiais concretos que constituem substancialmente a fonte. Isso não quer dizer, contudo, que esta modalidade de fontes não apresente questões ideológicas, simbólicas e discursivas a serem analisadas. Pretendo mostrar isso a partir de alguns exemplos bem simples. O primeiro deles refere-se ao fato de que, nos objetos materiais, a forma e a função acham-se particularmente

integradas, de modo que é possível analisar uma a partir da outra, o que é particularmente importante para a análise historiográfica. Pensemos por exemplo em uma ponte. Este artefato urbano ou rural foi idealizado pelos seres humanos para cumprir uma determinada função, e é assim que as pontes reaparecem inúmeras vezes em realizações específicas que assumem, em cada caso, a forma mais apropriada. A forma abaulada de uma ponte pode ser compreendida como a materialização de uma função específica que é a própria razão de ser deste objeto. Melhor dizendo, quando uma fonte possui a forma abaulada, isso se dá para atender à combinação de suas duas funções principais: permitir o trânsito de uma à outra margem do rio, e permitir que, abaixo de si, as embarcações circulem. Se a ponte é de içar, isso significa que, eventualmente, o rio é atravessado por grandes embarcações. Conforme se vê, a mais simples análise da forma de um objeto já permite entrever sua função, pois esta se materializa na própria matéria e formato do objeto. Uma colher foi feita para escavar comida. Um garfo é constituído em seu formato para espetar comida e depois içá-la à boca; da mesma forma que, no formato e nos materiais que constituem uma faca, bem como na presença de um lado cortante, fica muito explícita a sua função de cortar e partir. Os objetos, desta maneira, falam de si mesmos, e de suas funções, através de seus formatos e dos materiais que os constituem. Eles também têm uma história, e devem ser inseridos na série histórica que os redefiniu, além de serem comparados com outros objetos de mesmo tipo presentes na sua contemporaneidade.

Por fim, em um pequeno triângulo à parte (4), situamos as ‘fontes virtuais’. Geradas pela Internet, as fontes virtuais podem conduzir textos e imagens, e haverá um momento em que talvez se tornem aptas a conduzir informações que permitam a “impressão” de um objeto de três dimensões. Quando um site expõe virtualmente um texto, estamos diante da fonte virtual, mas também da fonte textual que a nós se apresenta e que, facilmente, poderia ser reconduzida às páginas de um livro impresso. Podemos vislumbrar no mesmo site a imagem de uma pintura de Leonardo da Vinci ou de Pablo Picasso, e também poderemos tê-las no instante seguinte se apertarmos o comando que aciona a impressora ligada ao computador. No universo tecnológico atual, enfim, é possível um trânsito imediato entre o virtual e o impresso, e deste àquele, através do recurso de scanner. Se dermos vazão à imaginação da ficção científica, talvez se torne mesmo possível o trânsito entre o material e o virtual – e o registro rigoroso da

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *A Fonte Histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

CHARTIER, Roger. (1994). *A Ordem dos Livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UNB [original: 1992].

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Ed. Presença, 1989 [original: 1953].

KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto [original: 1979].

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990 [original: 1984].

MANGEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 2004 [orig: 1996].

SEIGNOBOS, C. e LANGLOIS, C. (1946). *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença [original: 1897].